

Confiança interna e fluxo de capitais

23 MAI 1990



O governo parece aceitar a vulgarização dos resultados alcançados na estabilização

A queda da aprovação do governo, conforme indicado pelas pesquisas de opinião pública, coincide com a retomada de uma ofensiva feroz contra a política monetária e cambial. Coincide também com uma onda de pessimismo lastreada na deceção com os resultados alcançados pelo governo no Congresso e que encontra bom terreno nas más notícias que marcarão o inferno astral do Plano Real, às vésperas do seu segundo aniversário.

Inflação em elevação sazonal, caminho pedregoso para as reformas e percepção de esgotamento político de um governo que tenta governar com 3/5 do Congresso sem ter 3/5 do eleitorado serão reforçados pelas notícias inevitavelmente ruins para o nível de produto até a metade do ano.

O governo não tem um programa de coalizão capaz de mobilizar de forma permanente mais do que uma aliança que lhe confere maioria, o que já é luxo em condições normais, mas parece se envergonhar de seus aliados a cada esforço de votação. A oposição só precisa, nesse quadro,

fazer beicinho a cada derrota e acusar o governo de insensível e autoritário, para provocar um novo racha na maioria e valorizar seu voto contra. O resultado é que, quando cede alguns anéis, o governo termina cedendo alguns dedos, aumenta a incerteza quanto à firmeza de sua política econômica e ainda se desgasta junto à opinião pública mais informada. Sua trajetória parece, assim, excessivamente sinuosa: faz um ajuste penoso em

suas contas e, no entanto, incentiva prefeituras endividadas a aumentarem suas dívidas, reforma a duras penas os próprios bancos e carrega nas costas mais de um ano de indefinição para os bancos estaduais.

O governo avança, assim, entre um e outro pedido de desculpas, e parece aceitar a vulgarização política dos resultados alcançados na estabilização, pondo-se em pé de igualdade com os fracassos de ontem e inevitavelmente desperdiça capital político. Mas, sobretudo, abre espaço para a criação de um clima interno de desconfiança nos rumos de sua política econômica, que corre o risco

de desafiar a resistência até agora demonstrada pela confiança dos analistas e investidores estrangeiros nos rumos básicos da economia brasileira.

A confiança externa tem sido fundamental para dar ao governo espaço para que possa controlar a velocidade de queda dos juros segundo seu julgamento acerca da solidez com que se consolidam três processos importantes: a recomposição de preços relativos, redução de incerteza acerca das necessidades de financiamento das diversas esferas de governo e a desindexação. É confortável, nesse quadro, dispor de reservas que permitam proteger esse processo não só dos choques externos, como ocorreu com a crise mexicana, como dos choques internos de confiança como o que o governo pode ter de enfrentar nesses meses.

Várias análises têm apontado para os perigos da excessiva dependência que pode vitimar os países que são chamados pelos financeiros internacionais de "emergentes". Tal dependência de financiamento externo torna-os vulneráveis às crises de confiança por parte dos gestores dos fluxos de capitais de curto prazo. E esses costumam comportar-se como boiada estourada, correndo ora na direção de entradas excessivas, ora na direção de perigosas contrações de liquidez.

Depois do susto da crise do México, houve a opção declarada pela flexibilidade do câmbio. Com as reiteradas declarações do governo acerca da importância que atribui ao controle monetário-fiscal como fundamento para a estabilidade de preços e ao aumento da poupança interna como fonte para o crescimento, não há sinais de que o Brasil corra o risco dessa excessiva dependência. Mas para isso é fundamental que ocorra, ainda este ano, a melhoria da qualidade dos fluxos de capital, com presença maior de capitais de longo prazo, que não são atraídos por diferenciais de juros, mas sim por perspectivas de lucratividade dos projetos.

Essa melhoria de qualidade dos fluxos externos de recursos, entretanto, depende dos mesmos fatores que aumentam a confiança interna na solidez da política econômica. Pois os investidores externos que efetivamente cruzam a fronteira são sensíveis aos mesmos cenários que afetam os seus concorrentes locais: desejam bons climas de negócios propiciados por perspectivas saudáveis de crescimento econômico estável e com políticas econômicas minimamente consistentes.